

O GOLPE DE 1964 E A UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

THE MILITARY TAKEOVER IN 1964 AND THE FEDERAL UNIVERSITY OF BAHIA

EL GOLPE DE 1964 EM LA UNIVERSIDAD FEDERAL DA BAHIA

Maurício Brito¹

Resumo: O artigo investiga a recepção ao golpe de 1964 na Universidade Federal da Bahia. Amparado prioritariamente nas atas de reuniões, enfatiza o posicionamento adotado pelo Reitor e pelo Conselho Universitário de apoio à deposição do Presidente João Goulart. Conclui que o discurso anticomunista encontrou adeptos na cúpula universitária.

Palavras-chave: Golpe de 1964 , Colaboracionismo, Movimento estudantil, Repressão, Universidade

Abstract: The article investigates the acceptance to the military takeover in 1964 at the Federal University of Bahia. It's priority sustained on meeting minutes and emphasizes the attitude adopted by the Rector and the University Council of supporting the deposition of President João Goulart. It concludes that the anticommunist discourse found adherents in university dome.

Key-words: military takeover in 1964, collaborationism, Student Movement, Repression, University

Resumen: El artículo analiza la recepción al golpe de 1964 en la Universidad Federal da Bahia. A través de las actas de la reuniones, estudia el posicionamiento del Reitor e del Consejo de la Universidad en apoyo a la deposición del Presidente João Goulart. Concluye que el discurso anticomunista encontró adeptos en la cúpula universitaria.

Palabras-clave: Golpe de 1964, Movimento Estudantil, Universidade, Repressión, Anticomunismo

Uma semana após o golpe de 1964, o conselho universitário da UFBA se reuniu. Embora tenham sido convocados, os representantes estudantis não compareceram. Segundo o Reitor Albérico Fraga, eles “es-

¹ Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. (UFRB), Cachoeira, BA, Brasil, E-mail: mafbrito@hotmail.com

tavam arredios” (ATA CONSUNI. NOTAS TAQUIGRÁFICAS. (NT), 09/04/1964).

Durante a reunião, o Reitor comentou que alguns professores da Faculdade Politécnica propuseram um ato de apoio ao Comandante da 6ª Região Militar. O Reitor recusou prontamente a sugestão alegando que a universidade não era nem Partido político, nem Câmara de vereadores. Todavia, segundo ele, depois de muita reflexão, e para evitar mal entendidos, “redigi um documento que nós divulgaremos e comunicaremos às autoridades militares. Quero ler [...] para que o mesmo conste de Ata” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). O documento mencionado foi a seguinte moção:

O Conselho Universitário da Universidade da Bahia reunido pela primeira vez após a vitória da democracia contra o comunismo, expressa o seu regozijo patriótico e congratula-se com as gloriosas Forças Armadas pela nobre e serena atitude que assumiram na preservação dos legítimos anseios do povo brasileiro. Nesta oportunidade dirige uma calorosa saudação aos comandantes militares que atuam em nosso estado significando-lhes o seu apoio à orientação salutar de garantir a ordem democrática e defender as nossas instituições políticas. Salvador, 09 de abril de 1964. Reitor Albérico Fraga, Adriano Pondé, Arnaldo Silveira, F. Magalhães Neto, Maria Ivete Oliveira, Carlos Geraldo, Antonio Queiroz Muniz, Lafayete Pondé, João Mendonça, João Rescala, Luciano Aguiar, Ismael de Barros, José Calasans, Carlos F. de Simas, Dirce F. de Araújo, Hermani Sávio Sobral, Nilmar Rocha, Pedro M. Tavares Filho, Theonilo Amorim, José V. Torres Homem, Ivo Braga, Alceu Hiltner e Benjamim Sales (ATA CONSUNI. 09/04/1964).

Mais adiante, o reitor comunicou que divulgaria a moção na imprensa, no rádio e a transmitiria “por ofício ao Sr. Comandante da VI Região Militar, ao Comandante da Base Naval e ao Comandante da Base Aérea” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

O documento foi divulgado entre os militares com rapidez. Somou forças à maré civil de aplausos ao golpe na Bahia, marcado por adesão da maioria da imprensa, preparação de marcha em apoio convocada por diversas entidades e instituições – além de várias declarações públicas de entidades de classe. A moção universitária foi publicada pela imprensa no outro dia (A TARDE, 10/04/1964; JORNAL DA BAHIA, 10/04/1964). Esse gesto foi bem acolhido pelos membros da caserna. Em 13/05/1964, a ata da reunião do CONSUNI UFBA reteve uma menção do comandante da Base Aérea manifestando gratidão pela colaboração do CONSUNI UFBA com a nova ordem instituída (ATA CONSUNI. 13/05/1964). Outras iniciativas reforçaram a solidariedade de instâncias da UFBA ao novo contexto, a exemplo da Congregação da Faculdade de Ciências Econômicas que se mostrou “satisfeita com a vitória da democracia”. Segundo a imprensa:

Os professores, na sua unanimidade, expressaram a satisfação com que receberam a vitória da democracia no Brasil, ameaçado como estava pela subversão dos mais comestíveis preceitos de liberdade e dignidade humanas. Num preito de justiça e de respeito à verdade foi realçada a preponderante e decisiva atuação das classes armadas, que num gesto de acendrado patriotismo salvaram a nação dos ominosos dias que a aguardavam. Ao examinar a situação da escola no período que antecedeu à fase atual, os professores unanimemente, condenaram com veemência os fatos que se vinham verificando no seu seio, onde um grupo exaltado de comunistas e simpatizantes, constituindo embora uma pequena minoria contribuía com a sua indisciplina e desrespeito aos professores para comprometer-se o conceito daquele instituto de ensino. [...] Por deliberação unânime da mesma Congregação serão passados telegramas de congratulações ao Exmo. Sr. Presidente da República (A TARDE, 17/04/1964).

Esta atitude da Faculdade de Economia não foi algo isolado. Outras congregações formularam moções favoráveis aos militares:

A Congregação da Escola Politécnica da Universidade da Bahia, hoje reunida, pela primeira vez após os acontecimentos da semana passada, vem solidarizar-se com as forças armadas pelo importante papel desempenhado na defesa das instituições e manifesta ao Comandante da 6ª Região Militar, o seu decidido aplauso e apoio (ATA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA POLITÉCNICA, 07/04/1964).

Do mesmo modo, a Faculdade de Filosofia deixou um registro demonstrando satisfação com a ação dos militares:

Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Conselho Departamental desta Faculdade aprovou um voto de congratulações com as gloriosas Forças Armadas pela sua decisiva atuação no movimento redentor de 31 de março. (ATA DA CONGREGAÇÃO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, 27/04/1964).

Referência na área de artes, a Escola de Teatro foi noticiada manifestando solidariedade ao golpe: “Amanhã, terça-feira, está prevista as homenagens da Associação dos dirigentes Cristãos de Empresas e da Ala Democrática da Escola de Teatro da Universidade da Bahia” (A TARDE, 13/04/1964).

Distantes de aprovações meramente formais apenas para efeito interno e demarcação de posições no tabuleiro político universitário, essas moções e declarações buscaram difundir amplamente que a instituição foi favorável à “ação redentora das forças armadas”.

Além da aprovação e divulgação das moções nos jornais, o Reitor Albérico Fraga e alguns diretores de Faculdades membros do CONSUNI e das congregações visitaram os comandantes militares. Estes acontecimentos foram destacados pela imprensa como homenagens da universidade à atuação das Forças Armadas, contribuíram para conferir legitimidade e explicitar o apoio de setores civis. Não por acaso, cada vez mais é recorrente o uso pelos historiadores da expressão “golpe civil-militar”.

Potencialmente formadora de opinião junto a alguns extratos sociais pelo simbolismo e presença na vida social soteropolitana, ao aprovar e publicar essas moções, a UFBA ofereceu aos militares o argumento de que a “elite intelectual” apoiou o movimento político-militar. Mesmo que problematizemos esse discurso, já que muitos intelectuais representativos do mundo da cultura, das artes e das letras não estavam na universidade, seria um equívoco subestimar o impacto dessas demonstrações públicas.

Como explicar esse apoio? No caso do Reitor Albérico Fraga, esse posicionamento se explica pela proximidade política-ideológica com o ideário golpista. Albérico Fraga havia sido presidente da UDN – partido que fazia oposição ao Governo João Goulart e que apoiou o golpe civil-militar (SILVA, 1992; BENEVIDES, 1981).²

A Ata do Consuni é repleta de discurso anticomunista desenvolvido pelo reitor. Um ex-militante afirmou que Albérico Fraga era uma pessoa “politicamente conservadora”. Uma interrogação possível é: poderíamos estender o posicionamento do Reitor a todos os membros do CONSUNI e professores das diversas congregações que aprovaram votos de louvor ao golpe? Um ex-diretor do DCE em 1964 apresentou uma resposta generalizante:

Quando os novos donos do poder assumiram [...] [aqueles que] ocupavam posições na universidade [...] achavam que se eles fizessem uma moção de apoio não haveria nenhuma ameaça contra eles e outra coisa eles também tirariam vantagem disso [...] então muita moção aconteceu até por oportunismo [...] quer dizer [...]

² Silva (1992, p. 162) analisa o processo de redemocratização na Bahia em 1945 e reconstitui a trajetória da UDN evidenciando seu apoio aos golpes “tentados no período que se iniciou em 1945 e que se encerrou em 1964. Todos atentaram contra as regras do jogo democrático”. Benevides analisa a história da UDN, suas características partidárias e ideário político. A autora argumenta que “caberia à UDN o papel ostensivo na divulgação das teses de “guerra revolucionária” (inspiradas pela íntima associação com a Escola Superior de Guerra) que se constituíram no arcabouço ideológico para a congregação de todas as forças de centro e de direita [...] contra a “ameaça comunista”. [...] Em junho de 1963, como presidente da UDN e líder da oposição na Câmara, Bilac Pinto alertava para os três pontos principais da crise brasileira: a crise de autoridade, a crise de moralidade e a crise administrativa. Aí estava, bem de acordo com as denúncias udenistas, o embrião da tese da “guerra revolucionária” que Bilac Pinto sustentaria em vários pronunciamentos em janeiro e fevereiro de 1964, e que seriam decisivos para consolidar a frente de militares e civis, vitoriosa na deposição de João Goulart” (BENEVIDES, 1981, p. 124).

não foi tanto assim por uma identidade ideológica em relação ao movimento militar [...] mas gente que querendo sustentar suas posições passou a apoiar porque seria a forma para se manter no poder.

É interessante considerar que muitos mudaram de opinião e se ajustaram habilmente às novas circunstâncias. Ao mesmo tempo, o trecho se aproxima de uma interpretação de Weber (1992), ao analisar a ação da burocracia estatal motivada por prestígio e manutenção de espaços de poder.

Nesta linha de raciocínio, não convém subestimar o papel da coação já que a Universidade era um órgão federal, hierarquicamente subordinado ao governo federal e suscetível a retaliações realizadas por este. Os apoios podem ter sido expedientes para preservar empregos, projetos acadêmicos e posições de poder nas estruturas do cobiçado serviço público federal. Daí, a vigência da colaboração.

Outra dimensão deve ser incorporada na análise. Sabemos que a experiência histórica é sempre plural e o comportamento humano caracterizado por clivagens, ambigüidades e hesitações. E estes traços não seriam diferentes numa universidade marcada por heterogeneidade política e desafiada a se posicionar após uma situação de crise que teve como desfecho uma ruptura política acompanhada de um clima de repressão e medo que impactaram o posicionamento dos atores políticos. Essa reflexão aponta decorrências teórico-metodológicas para a investigação histórica sendo conveniente observar que

num sistema em que controles e vigilância são fortes e múltiplos, todos aqueles que estão distantes com relação à linguagem oficial e às normas do Estado evitam expressar-se publicamente [...] ou mascaram sua diferença sob aparência da conformidade. (FRANÇOIS, 1998, p. 159)

Essas ideias foram formuladas por um pesquisador que se debruçou sobre a desagregação da Alemanha Oriental e seus antigos tentáculos de repressão, controle e vigilância social. Embora tenham sido empregados para um contexto específico, os comportamentos descritos por François - a ausência de crítica através da escrita e o consentimento apenas na aparência - podem ter se reproduzido no seio do Conselho Universitário da UFBA durante o imediato *pós-golpe*.

A nossa hipótese é não interpretar necessariamente as moções aprovadas como alinhamento político-ideológico ao golpe civil-militar. No caso do Conselho Universitário, vale considerar que poucos conselheiros emitiram opinião na reunião - ao menos conforme foi registrado pela ata/notas taquigráficas. Este silêncio majoritário na reunião pode mostrar ausência de entusiasmo e alinhamento global do CONSUNI com a ruptura institucional.

Entretanto, mesmo essa suposta falta de entusiasmo não foi suficiente para gerar uma demarcação de posição contrária. Vale acrescentar que a Universidade de Brasília (UnB) foi invadida por tropas da Polícia Militar em 09/04/1964 - no mesmo dia em que o CONSUNI UFBA se reuniu. Por serem considerados comunistas e defenderem ideias “exóticas” e “alienígenas”, o Reitor, o vice e o conselho diretor foram destituídos dos cargos, bem como vários estudantes e professores foram presos, interrogados e humilhados. Vale registrar que a intervenção na UnB foi feita com o aval do Ministro da Educação (CUNHA, 1988, pp. 39-41).

Não seria arriscado imaginar que a Universidade de Brasília foi referência de que a autonomia universitária estava ameaçada. No âmbito local, a residência estudantil da UFBA já havia sido invadida pela polícia dois dias após o golpe. Assim, é possível propor que, para alguns setores, parece ter sido mais interessante silenciar na reunião do CONSUNI e aplaudir institucionalmente a deposição do Governo João Goulart para manter o mínimo de autonomia preservada do que correr o risco da UFBA ser submetida a uma intervenção militar. Como formulou um entrevistado, uma explicação plausível para o comportamento de alguns professores membros do CONSUNI é um apoio à moção para preservar a própria universidade.

Para além dessa situação, vale registrar que o próprio MEC acionou o discurso da autonomia universitária. Em um almoço oferecido por alguns reitores ao ministro da educação dias depois dos incidentes na UnB, este teria afirmado: “nós queremos é assegurar a autonomia da universidade. Não quero que os militares [entrem] para a universidade adentro para fazer as investigações. Vocês é que devem fazer”. Evidencia-se que, para o MEC, a autonomia universitária tinha como contrapartida o colaboracionismo.

O MEC pressionou também a instituição para a repressão ao “inimigo interno”. Mapeamos algumas menções e correspondências envolvendo a Reitoria, o Ministério da Educação e o Comando da 6ª Região Militar: ofício da VI Região Militar a respeito de atividades de professores e comunicado do MEC recomendando a instalação de inquéritos nas universidades para investigar ações subversivas. Vale citar um telegrama do Ministro da Educação:

Recomendo V. Magnificência entre entendimento Comando Militar Região, solicitando-lhe indicação de um servidor militar fim acompanhar processos humanos artigo 7 Ato Institucional³ assessorando Comissão designada V. Magnificência nos termos Portaria 259 de 20 de abril. Certeza contar com sua colaboração subscreevo-me cordialmente. Flávio Lacerda – Ministério da Educação.

³ O mencionado artigo “suspensão por seis meses as garantias constitucionais e legais de vitaliciedade e estabilidade. Desse modo o estado, mediante “investigação sumária” e no período estabelecido pelo artigo, podia demitir, dispensar, pôr em disponibilidade, aposentar, transferir para a reserva ou reformar burocratas civis ou pessoal militar” (MOREIRA ALVES, 1984, p 55).

Alguns professores universitários se anteciparam a essa recomendação do MEC. A reunião do dia 09/04/1964 teve lances sugestivos deste tipo de postura. Por outro lado, é apropriado notar que a repressão interna contra indivíduos e grupos tidos como potencialmente subversivos não foi um drama social restrito à UFBA. A Universidade de São Paulo se tornou palco de enredos envolvendo punição, perseguição e delação no meio docente. É famoso o livro da ADUSP relatando fragmentos desse passado (ADUSP, 1979). Capítulos com traços semelhantes aconteceram também na UFRGS (ADUFRGS, 1979). A UFMG se inscreveu na memória e na história com conflitos e intervenção militar durante o imediato pós-golpe (PIMENTA, 1985). A Universidade de Brasília também sofreu intervenção militar. Além disso, o Conselho Federal de Educação interveio e nomeou reitores *pro tempore* na Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal de Goiás e Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (CUNHA, 1988).

Voltemos para a UFBA. Vejamos um trecho do discurso do reitor na reunião do Conselho Universitário:

As Forças Armadas que assumiram o comando da situação até que a situação se regularize, do ponto de vista constitucional e legal, o funcionamento dos poderes [...] Estão no propósito, propósito que foi manifestado reiteradamente pelo Sr. Comandante da região, de não permitirem a permanência de comunistas notórios, fichados, conhecidos, em postos de direção...inclusive, é claro, no setor universitário (ATA CONSUNI UFBA. NT. 09/04/1964).

O discurso acima apresenta os comunistas como os principais alvos a serem combatidos. De acordo com o pensamento anticomunista, sendo alguém estranho à universidade a quem só restava infiltrar-se nela, o inimigo onipresente devia ser derrotado pelo aparato repressivo. A partir desta noção, a perseguição aos comunistas – com toda elasticidade na aplicação do conceito - atingiu estudantes, professores e funcionários. Um professor de Medicina esteve envolvido numa “situação delicada”, conforme o Reitor:

Tivemos esboçada uma crise que eu consideraria gravíssima não fossem as *démarches* que o professor Carlos Geraldo [diretor da Faculdade de Medicina] realizou, em bons termos. Doutorandos de medicina, que se formam este ano, escolheram professores notoriamente comunistas, docentes livres e professores que estão envolvidos nas malhas dos inquéritos militares, para figurarem no quadro de formatura [...] Eu recebia a visita do Coronel Avelar que me vinha comunicar também, isto, que tinha notícia de que os estudantes, doutorandos de medicina, haviam escolhido esses professores comunistas [...] para figurarem no seu quadro de formatura e que a área militar considerava isto um acinte e podia me adiantar que eles não levariam a termo o seu ‘desideratum’ e por certo não ocorreria essa formatura, inclusive, se fosse necessário,

com a detenção da turma toda. O Coronel Humberto Melo [...] sentou-se ao meu lado e também me falou a respeito, dizendo que tanto ele como o General Mendes Pereira e outros oficiais estavam [considerando] o fato como um acinte ao Exército que havia mandado, oficialmente, comunicar à Faculdade de Medicina que não só o Prof.[...] era comunista como também que ele, pelas suas atividades não tinha nem condições morais para exercer a profissão de médico, então ele não podia admitir que os doutorandos tomassem tal atitude. Disse mais que se por acaso a universidade não tomasse as medidas disciplinares convenientes, o Exército tomaria a seu modo. Então tranquilizei o Cel. Humberto (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

É pertinente ressaltar a justificativa para a cassação dos professores paraninfos: os comunistas eram considerados seres tão imorais que não tinham condições éticas de serem paraninfos, muito menos exercer a profissão de médico. Havia uma incompatibilidade em um médico - cuja função social é salvar vidas -, ser comunista - tido como aquele que destrói a vida. E, para agravar o quadro, um paraninfo comunista de uma turma de formandos em Medicina.

O conflito evidencia o significado simbólico da formatura para os atores sociais. O veto ao paraninfo visava intimidar os alunos e houve mudança no rol dos homenageados. É um exemplo da disputa política em torno de rituais (KERTZER, 2001). Com o passar do tempo, até o final de 1968, a solenidade de formatura se consolidou como um ritual de resistência ao regime militar.

A vigilância à formatura era parte de um repertório de repressão política na universidade. Isso coadunava com o desejo de alguns professores anticomunistas, como atesta um diretor ao se referir aos Ofícios do Governo cobrando uma postura colaborativa das universidades no cerco à subversão. Segundo ele: “o que é necessário é que as Faculdades apresentem os nomes daqueles que nos deram dor de cabeça. Devemos, pois, tomar uma iniciativa enérgica para que isto não se venha a repetir” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). Já o Reitor, ao defender a necessidade das investigações internas, afirmou:

ou nós tomamos na mão essas soluções ou então vamos voltar àquela outra situação verdadeiramente humilhante em que viveu a autoridade do país, porque havia uma total subversão da ordem hierárquica não só no setor universitário como até no setor militar (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Apesar dos discursos bem alinhados com a gramática anticomunista, é lícito dizer que estas investigações internas foram apenas relativamente levadas adiante. Exceto a demissão de um funcionário, não houve uma ação

incisiva do CONSUNI na repressão e punição interna à instituição. Esta é mais uma evidência que sustenta o argumento de que nem todos os conselheiros apoiaram a moção em apoio ao golpe de 1964 por alinhamento político-ideológico com o ideário golpista. Observemos outro trecho:

No dia do golpe eu estava como diretor da faculdade de Filosofia onde tive conhecimento do que estava acontecendo no país. O reitor Albérico Fraga me chamou e determinou o fechamento de todas as unidades. Não foi fácil, porque alguns grupos achavam que isso contribuiria para o golpe, uma vez que não haveria pontos onde os estudantes pudessem se reunir (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Esta narrativa do Prof. Calzans atesta a orientação dada pela reitoria da universidade de fechar as unidades. A UFBA só seria reaberta dias depois, como podemos verificar no comunicado feito pela reitoria e publicado na imprensa:

As atividades escolares da Universidade suspensas por efeito dos últimos acontecimentos políticos foram hoje reiniciadas. Para esta determinação o Reitor reuniu em seu gabinete os Diretores das diversas unidades a fim de apreciar as providências adequadas ao prosseguimento normal daquelas atividades. Nessa reunião o Reitor e os diretores expressaram sua confiança em que perdurará sem interrupção o restabelecimento da ordem democrática. Salvador, 6 de abril de 1964.

Da mesma forma que evidenciam a orientação oficial da reitoria, alguns fragmentos da ata apresentam traços do clima político, ações de resistência estudantil, bem como a reação de alguns professores vide o exemplo do diretor da Faculdade de Odontologia:

Logo que tive notícia da eclosão do movimento, chamei o presidente do Diretório Acadêmico, por sinal um moço de boas maneiras, mas intransigente do ponto de vista dele. Ele tentara fazer uma reunião dos senhores alunos, no que teria sido obstado por mim que não permitiria, naquele momento, nenhuma assembleia e ele, não tendo obtido essa licença, dirigiu-se a todas as aulas que funcionavam e fez uma preleção dizendo que apoiassem o Sr. Presidente da República, que esse era o dever dos estudantes enfim, aquela pregação que nós já conhecemos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Não contente com o esvaziamento – ou aproveitando o vazio – da Faculdade, o diretor resolveu

dar, imediatamente, uma busca no Diretório e apreender todo o seu arquivo. Encontrei revistas, instruções mimeografadas do que deviam seguir os estudantes, o procedimento que deviam ter [...] que deviam incentivar o aumento de matrícula, o aumento do restaurante e bolsas, principalmente bolsas porque esse sistema de agitação calaria muito mais profundamente no sentimento de todos porque se tratava de uma coisa que o estudante devia ter direito. Independente disto, deveriam incentivar os excessos [...]. Colocamos todos esses documentos no arquivo da nossa Faculdade e lacramos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

O trecho é representativo de um tipo de reação favorável ao golpe na UFBA, com o diretor engajado e internalizando o papel de polícia política. Mas isso não deve ser generalizado. Um professor relata que houve alguma solidariedade com o ME:

Recebi um telefonema do (Reitor) Albérico dizendo que a polícia iria vasculhar a faculdade. Fui para lá imediatamente, e muito preocupado, porque o diretório estava coberto de cartazes considerados subversivos. Mas felizmente o delegado encontrou as paredes vazias e apenas um livro sobre Cuba. Quando cheguei tive a impressão de ter visto alguém sair correndo (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Possivelmente a notícia da batida policial se espalhou entre os ativistas. Angelina Nascimento conta que

nos avisaram que a polícia ia baixar no D.A., então formamos um grupo para chegar antes e retirar tudo. As portas estavam trancadas, mas conseguimos arrombar uma janela e entrar, arranhando todos. Mas valeu a pena. Quando os soldados chegaram, já havíamos fugido. Não sei se eles perceberam as marcas deixadas pelos cartazes nas paredes [...]. A mesma sorte não teve a biblioteca. Eles fizeram uma fogueira com os livros. Dizem que até uma gramática da língua portuguesa foi queimada porque tinha capa vermelha (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Seria limitador falar de repressão sem apontar sinais de resistência. Os relatos indicam que houve alguma surpresa do ME com a vitória dos golpistas. A reação interna à universidade foi marcada por espontaneísmo, temor, paralisia. É necessário salientar que as organizações de esquerda e outros setores sociais em nível nacional e local sofreram as mesmas limitações.

No caso da UFBA, interessa lembrar que a orientação político-administrativa da reitoria foi fechar as faculdades. Isso impediria concentração estudantil e diminuiria as possibilidades de organização coletiva. Ainda assim, em algumas Faculdades houve assembleias que foram desbaratadas pela repressão. A ex-aluna Suzana Marcelino conta que

a assembleia da Faculdade de Medicina da UFBA, na manhã do golpe foi desbaratada pela polícia. Ainda vejo com nitidez um professor pulando a altíssima janela do anfiteatro Brito e correndo ladeira abaixo rumo ao Pelourinho. (NASCIMENTO, 1999, p. 140).

Já um ex-estudante de direito disse que “chegamos a realizar uma Assembleia com muitos estudantes [...]. Porém, a certa altura, estávamos cercados pela polícia e tivemos que nos dispersar”. Na Faculdade de Odontologia, um estudante “dirigiu-se a todas as aulas e fez uma preleção pedindo que apoiassem o Sr. Presidente da República, que esse era o dever dos estudantes” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). Acrescentem-se ainda intenções não viabilizadas de articulação do ME com lideranças institucionais.

Fragilizada pela pouca base estudantil ativa e condicionada pela ausência de conexão com os outros atores políticos – os poucos que ousaram resistir –, as tentativas de resistência ao golpe por parte do ME não ultrapassaram as expectativas ou ações de setores militantes, com pequena visibilidade social e política.

Houve problemas organizativos específicos, restrições de outros atores sociais empreendendo resistência, surpresa pela falha do dispositivo militar do Governo Jango, desestímulo pela rápida derrota da esquerda, perplexidade e sensação de impotência; essas dificuldades devem ser vistas em escala nacional. De acordo com Martins Filho:

Existem indícios suficientes para afirmar que a massa dos estudantes foi tomada por uma certa paralisia no momento do golpe [...]. Com isto não se está dizendo que a massa dos estudantes apoiou o golpe de 64, mas que não existe evidência de recusa de massa do movimento estudantil ao golpe. Ao contrário, existem alguns sinais de que a massa dos estudantes, o estudante comum, se deixou levar pelo discurso anticomunista e por todo aquele quadro que se criou para justificar o golpe militar (MARTINS FILHO, 1997, p. 80).

Vizinho da paralisia e da desarticulação, o medo foi outro ingrediente marcante do comportamento de muitos universitários, notadamente aqueles que tinham algum engajamento político no ME. Na ata do CONSUNI, o Reitor afirmou:

recebi a visita de um rapaz de nossa Faculdade, Presidente interino do Diretório, rapaz sério, discreto, direito, contra quem não havia nada, mas ele estava – a onda de boatos é grande, nessas oportunidades - assombrado pelo fato de ser o Presidente em exercício. Na minha aula eu disse aos meus alunos que ao fazerem essa reforma eu lembrava que o vice-presidente em exercício do Diretório era um rapaz de boas qualidades, que age com muito equilíbrio, que funcionou na Congregação de maneira correta, de modo que não

se tem nada a dizer contra ele. Sabendo disso ele veio me procurar para agradecer ao mesmo tempo em que me perguntava se ele não estava correndo o risco de ser preso. Eu disse que não e se por acaso ele viesse a sofrer qualquer constrangimento que me mandasse comunicar porque eu iria reclamar a sua liberdade de vez que ele não tinha razão de ser preso (ATA CONSUNI. NT, 09/04/1964).

O conteúdo do relato se aproxima de outro caso. Mais de um mês depois do golpe, a carta do presidente do Diretório Acadêmico de Filosofia endereçada ao diretor da Faculdade corrobora nosso argumento:

É fato que as Forças Armadas, através do seu setor universitário, [anunciaram] ao presidente deste Diretório Acadêmico que estavam suspensas ações deste órgão, até a posse da nova Diretoria, apesar de não nos destituir. Há muito está programado e vem sendo sempre protelado um coquetel em homenagem aos calouros desta faculdade. O Departamento de Assistência, departamento encarregado de tal, secundado pela Secretaria geral, organizou o coquetel para o dia 23 de maio (hoje). Com base no que ouvi do oficial encarregado para assuntos estudantis, tomei deliberação contrária ao coquetel, solicitando aos responsáveis pelo mesmo que o não fizessem. As duas secretarias insistem em fazê-lo de qualquer forma, alegando que as ações do Diretório suspensas não atingem aquelas de ordem recreativa e social, que os colegas já têm a ciência do coquetel e estão sempre a reclamá-lo. Alegações essas que até certo ponto considero procedentes mas, fundamentado no que ouvi do citado oficial, oponho-me ao coquetel – não ao coquetel em si, porém visto como uma ação do Diretório – e assim sendo em vista da sistemática insistência das duas secretarias venho por meio deste apresentar aos colegas a minha renúncia à Presidência deste Diretório Acadêmico.

Esses dois exemplos podem ser emblemáticos do medo que foi disseminado entre os ativistas do ME – independente de afinidade com organizações de esquerda. Não custa lembrar acerca da elasticidade do conceito de inimigo interno aplicada durante a repressão após o golpe e, ao mesmo tempo, chamar atenção para a sua flexibilidade e seletividade já que, mesmo perante a justiça militar, alguns ativistas do ME não foram perseguidos.

As interrogações levantadas não atenuam a afirmação de que diversos militantes tiveram suas vidas esquadrihadas e foram investigados pela polícia. Muitos estudantes foram denunciados à justiça militar e indiciados por “subversão”. Isso foi amplamente veiculado pela imprensa, provavelmente com a finalidade de divulgar a *pedagogia da repressão*.

Um fator complementar para explicar o medo interno é considerar a existência de estudantes com vínculos profissionais com as Forças Armadas. Na conjuntura do golpe, muitos deles exerceram um papel de repressão e vigilância no âmbito de cada Faculdade. Tomemos o relato de um diretor:

Logo que tivemos notícia da eclosão do movimento (o golpe), fui imediatamente, com surpresa minha, procurado por um aluno com o qual nunca havia tido maiores contatos. Esse aluno, apresentando-se na qualidade de Tenente do Exército, ignorado naturalmente por toda a Faculdade, me apresentava uma lista de mais ou menos vinte estudantes e dois professores [...] dizendo-me que o Chefe do Estado Maior havia autorizado a que ele entrasse imediatamente em contato comigo, mas que aqueles alunos deveriam ter, imediatamente, proibida a sua entrada na Faculdade até que eu me entendesse com o Chefe do Estado Maior. Daqui da Reitoria fui ao Estado Maior onde li uma lista e o Chefe do Estado Maior dizia que iam ser presos aqueles alunos porque eram tidos e havidos como comunistas. Não tinha outra providência a tomar, a não ser voltar à Faculdade. Voltei à Faculdade e proibi a entrada desses alunos [...] Pedi que não comparecessem mais à Faculdade até que providências outras fossem tomadas (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Se havia o *inimigo interno* para ser combatido, esses soldados da frente anti-subversão assumiam um papel ativo no *front*. Embora restrita a alguns setores, houve uma pequena base social ativa que se engajou no combate à “subversão” na universidade no imediato pós-golpe.

Em meio a essa atmosfera de perseguição e medo, alguns compreenderam que a melhor alternativa era se desvencilhar de documentação pessoal comprometedor e tentar refúgio na residência estudantil da UFBA: “Doce ilusão! A polícia invadiu o dormitório de madrugada e levou todo mundo preso, entre eles, eu” (NASCIMENTO, 1999, p. 141).

Visada pelos órgãos de repressão, a residência do universitário foi invadida em 2 de abril de 1964 e todos foram presos (45 estudantes e 2 funcionários).⁴ Enganou-se quem acreditou na inviolabilidade do território universitário. Esse gesto demonstrou que “os militares não iam brincar em serviço”. Teve um significado simbólico para além do ME e, somado às intervenções policiais em outras universidades brasileiras, possivelmente fez os setores críticos ao golpe pensarem duas vezes nas melhores táticas de resistência.

Ainda rastreando lances da cruzada anticomunista junto aos estudantes mais engajados no ME, já foi dito que a primeira reunião do Conselho Universitário após o golpe civil-militar não contou com a presença de representantes estudantis. Comentando o paradeiro desconhecido dos discentes, o Reitor afirmou: “não sei se estão detidos. Se fosse Chefe de Polícia eles não estariam soltos porque são dois agitadores perigosos” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964). Mais adiante, comentou:

⁴ Quanto aos funcionários, o Reitor disse: “estavam à paisana porque não estavam de serviço, foram levados como estudantes e, por mais que dissessem que não eram estudantes, a polícia os levou. Consegui do Cel. Humberto Mello a liberdade de ambos” (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Posso informar ao conselho que não me tenho descurado do propósito, do empenho de minorar o quanto possível, essa situação de detenção, agora, não tenho condições de liberar todos os estudantes. Inicialmente foram liberados 25 que tinham sido detidos na Residência do Universitário e que não tinham ligações maiores com o problema. Em relação aos outros, tenho informação segura de que estão bem tratados, bem alimentados e em situação de nenhum constrangimento, a não ser de estarem detidos. Qualquer professor que deseje visitar os estudantes detidos têm possibilidade de fazê-lo, dirigindo-se à Região para obter autorização escrita. Confesso que não irei visitá-los e vou dizer o porquê: não quero que os que lá estão imaginem que eu fui lá para gozar, para tripudiar sobre a sua desgraça, de modo prefero evitar a minha presença. (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Em seguida ele conclui:

tenho a consciência de que estou, tanto quanto possível, atuando no sentido de atenuar as dificuldades [...] tenho pedido, insistentemente, que os estudantes sejam bem tratados porque a mocidade é sempre assim, irrefletida e nós devemos agir como pais. [...] O professor universitário deve, no momento, agir como verdadeiro pai para atrair essa mocidade aos bons caminhos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

É pertinente apontar a auto-representação do Reitor como o pai que deve indicar o bom caminho para a mocidade. Tal postura paternalista subestimava a capacidade do jovem de ter opções de vida conscientes e se aproximava do pensamento de muitos militares. Segundo o General Costa e Silva,

cabe a nós, do governo, que já estamos mais experimentados, mais vividos e mais maduros, compreender muitas irreverências dos jovens e encaminhá-los com paciência, com dignidade principalmente, para o bom caminho (RIZZO DE OLIVEIRA, 1976, p. 110).

A noção maniqueísta do “bom caminho” tinha suas vinculações com o ideário anticomunista da guerra fria. A noção de ingenuidade juvenil guarda fronteira tênue com a ideia dos “inocentes úteis”⁵ manipulados pelos comunistas que, estranhos ao meio estudantil, mas ágeis na técnica da infiltração, tiveram uma relação instrumental para fins próprios com os jovens,

⁵ Esta classificação será trabalhada numa espécie de tipologia dos subversivos (BREHPOHL DE MAGALHÃES, 1997). Aparecerá em diversos processos judiciais envolvendo estudantes. Noutros momentos, os próprios militantes assumiam esse discurso como estratégia de sobrevivência e preservação.

aproveitando-se da generosidade e desviando-os do bom caminho.⁶

Voltemos nossas lentes para as notas taquigráficas. Através delas, podemos mapear o discurso da reitoria em relação ao ME no imediato pós-golpe. Segundo o reitor:

Documentos fartos foram encontrados na [União dos Estudantes da Bahia] U.E.B.[...]. Dando, ontem, a minha primeira aula, depois desses acontecimentos, tive oportunidade de fazer um apelo aos meus alunos no sentido de que fossem evitados atritos, de que fossem evitados choques. Dando, ontem, a minha primeira aula, depois desses acontecimentos [...] aproveitei a oportunidade para dizer que, como professor estava envergonhado por haver apurado que havia, na nossa comunidade, estudantes que pela sua indignidade de conduta merecem ser expulsos da universidade porque esses recebiam dinheiro de Moscou e de Pequim para fazerem a baderna dentro da universidade. Acredito que esses devem ser castigados devidamente, devem ser expulsos (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Apesar da ira do Reitor Albérico Fraga, seria leviano omitir que nenhum estudante foi expulso da UFBA no imediato pós-1964. Quanto ao discurso, não é difícil identificar sua afinidade com o ideário anticomunista difundido na época. Motta (2002, p. 169) demonstrou que “foi travada uma verdadeira batalha em torno das representações relacionadas à ‘pátria do socialismo’” na construção de um imaginário anticomunista no Brasil. Após o golpe militar, ganhou fôlego a proliferação de notícias vinculando os subversivos ao “inferno soviético”, alimentando a paranóia da infiltração dos comunistas a serviço daquela potência estrangeira supostamente interessada na desintegração da nação brasileira.

Agindo com base no suposto de que na presidência dos DAs estavam os “chefes comunistas”, “perigosos” e “atuantes”, o reitor propôs envolver Diretores de Faculdades e estudantes na “operação limpeza” dos DAs. Contrapondo-se a uma sugestão de destituição de todas as diretorias dos órgãos estudantis pelo conselho universitário, afirmou:

Não queria que o Conselho adotasse uma medida que me parece um tanto coercitiva. Sou, por temperamento, um homem liberal, de modo que não gosto que se suponha que estou me aproveitando da situação para fazer pressões (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

A lógica que orientou a relação da reitoria com as entidades estudantis foi excluir dos DAs os principais ativistas do ME e submeter essas

⁶ Esta ideia está bastante presente em Carvalho (1978) e em diversos discursos de militares (D'ARAÚJO, 1994b).

instâncias de representação à nova legalidade imposta pelo regime. Assim, muitos estudantes tidos como *comunistas* – conceito elástico uma vez que foi sinônimo de qualquer contestação ao *status quo* ou afinidade com a luta pelas reformas de base – e/ou identificados com a esquerda foram expurgados da direção das entidades. Segundo o Reitor,

Temos conseguido essas modificações nos diretórios tranquilamente em assembleias presididas pelos diretores, de modo que está se processando a substituição daqueles que realmente se tornaram indignos da condição de líderes estudantis (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Esse trecho torna mais explícito a tática da “parceria” entre diretores e estudantes. Como se depreende dos relatos, a partir da vitória da “postura liberal” do Reitor Albérico Fraga na reunião do CONSUNI, os diretores de Faculdades não destituíram formalmente todas as diretorias, mas, na prática, organizavam assembleias de estudantes e viabilizavam as mudanças nos DAs expurgando aqueles considerados “indignos” para a tarefa - leia-se: aqueles engajados com o ME no contexto anterior ao golpe. Não devemos subestimar o poder de pressão dos diretores naquele contexto e o papel de coerção das autoridades universitárias no interior das Faculdades.

No que diz respeito ao DCE, a reitoria não foi nem um pouco transigente com o rito formal - diferente do discurso do reitor em relação às diretorias dos DAs - uma vez que os dois representantes estudantis foram destituídos pelo CONSUNI e meses depois uma nova diretoria foi eleita. Provavelmente alguns membros desta diretoria oscilavam na fronteira tênue entre o anticomunismo, o combate à esquerda e o apoio ao golpe militar. Um dos indícios que reforça esta explicação é a presença do estudante Namar Alcântara – novo presidente do DCE – no papel de testemunha de acusação no IPM aberto pela 6ª. Região Militar para processar estudantes engajados no ME.

Uma questão básica salta aos olhos. Se a reitoria conseguiu construir essa lógica, isso resultou também do apoio que essa política - e a própria recepção positiva ao golpe - teve perante alguns estudantes. Reconhecer isso é importante para não reproduzirmos um discurso com a mesma matriz do ideário anticomunista ainda que com polaridade invertida. Noutras palavras: os estudantes que assumiram as entidades também foram sujeitos ativos neste processo e fogem da interpretação de que seriam “inocentes úteis” manipulados por professores e administradores universitários anticomunistas.

Dar visibilidade a esta questão é relevante por várias razões: evidencia mais um exemplo histórico que nega a validade de proposições em torno do “poder jovem” e sua noção essencialista do estudante enquanto um “revo-

lucionário”, “progressista” e “oposicionista nato”; contribui para questionar uma abordagem que mitifica o papel do jovem durante a ditadura militar no Brasil; estimula investigações sobre ações de jovens em apoio ao golpe; instiga o debate sobre as reconstruções memorialísticas que envolvem a ditadura militar no Brasil.

A questão que pode ser formulada é: vitoriosos na destituição das antigas diretorias das entidades estudantis, os entusiastas do golpe civil-militar se consolidariam nas entidades estudantis? Eles conseguiram encontrar “elementos sem paixões político-partidárias” que impedissem a reorganização de um ME em oposição à ditadura militar? Responder essas interrogações é um sugestivo fio condutor para outro artigo.

Referências

ADUFRGS. **Universidade e Repressão: os Expurgos na UFRGS.** Rio Grande do Sul, LP&M, 1979.

ADUSP. **O livro negro da USP: o controle ideológico na universidade.** 2. Ed., São Paulo, 1979.

BENEVIDES, Maria Victoria. **A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BREPOHL DE MAGALHÃES, Marionilde. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. In: **Revista Brasileira de História**, v 7, n. 34, pp 203-220, 1997.

CARVALHO, Ferdinando de. **Os sete matizes do vermelho.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

CUNHA, L. ^a **A Universidade Reformanda.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

_____. **A Universidade Crítica: O Ensino Superior na República Populista.** Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1989.

D'ARAÚJO, Maria Celina (*et all*). **Visões do Golpe: A memória militar sobre 1964.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994a.

_____. **Os anos de chumbo: A memória militar sobre a repressão.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994b.

FRANÇOIS, Étienne. Os tesouros da stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean, JULIA, Dominique (Orgs.). **Passados recompostos: campos e canteiros da História.** Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.

KERTZER, David. Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano. In: **Horiz. antropol.** [online]. 2001, vol.7, n.15, pp. 15-36

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil: 1964-1968**. Campinas: Papirus, 1987.

_____. **O palácio e a caserna – A dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964-69)**. Tese de Doutorado. Campinas, 1993.

_____. **A Rebelião estudantil: 1968- México, França e Brasil**. Campinas, Editora Mercado de Letras, 1996.

_____. **1968 Faz 30 Anos**. São Paulo, Editora da UFSCar, 1998.

MOREIRA ALVES, M. H. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis, 1984.

MOTTA, Rodrigo Pato Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **45 anos da Faculdade de Filosofia da UFBA**. Colóquio 13, UFBA/CCE, 1987.

NASCIMENTO, Angelina Bulcão. **Trajetória da juventude brasileira**. Salvador, EDUFBA, 1999.

OLIVEIRA, Eliezer R. de. **As forças Armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. 2. Ed.; Petrópolis, Vozes, 1978.

PIMENTA, Aluísio. **Universidade: a destruição de uma experiência democrática**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985.

SILVA, Paulo Santos. **A volta do jogo democrático (Bahia, 1945)**. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

Fontes

Atas do conselho universitário UFBA.

Jornal da Tarde.

Jornal da Bahia.

Artigo recebido em 28-02-2014, revisado em 19-05-2014 e aceito para publicação em 11-06-2014.